



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

LE MOS, Maria Teresa Toríbio (org.). *América Latina: identidades em construção – das sociedades tradicionais à globalização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. 137 p.

Fábio Bastos Rufino¹

O livro *América Latina: identidades em construção – das sociedades tradicionais à globalização*, organizado por Maria T. Toríbio Lemos (Professora da UERJ), tem o objetivo central de realizar um amplo estudo sobre a cultura latino-americana. Fruto das pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS) e pelo Laboratório de Estudos das Américas (LEPAS) do Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenados pela Professora Toríbio Lemos e pelo Professor Paulo Seda, reúne oito artigos de diferentes pesquisadores e de distintas abordagens da história da América Latina, unidos entre si pela preocupação com as questões atinentes à identidade latino-americana. Em síntese, os textos revelam a inquietude e a particularidade de cada pesquisador ao debruçar-se sobre as adversidades e problemas presentes nas sociedades sul-americana e caribenha “como a violência, a pobreza, a educação, a exclusão social, as grandes diferenças sociais entre ricos e pobres, além dos problemas políticos e econômicos dos diversos países” (p.7).

A obra se desdobra em dois blocos, *Sociedades tradicionais* e *Modernidade e globalização*, que dão ao leitor a dimensão espaço-temporal sobre a qual os estudos se lançam. O primeiro bloco, constituído por três artigos, transita “pelas práticas culturais e representações das sociedades tradicionais”, trazendo à luz discussões acerca da alteridade, exercício do poder, mitologia, cerimônias e festividades; já o segundo bloco, composto por cinco textos, transcende os aspectos primários das sociedades ditas “tradicionais”, atingindo “a complexidade das estruturas modernas das sociedades ocidentais” (p.7), abordando as relações da religião e do poder, a efemeridade do tempo presente, a educação e a pluralidade

cultural, a economia global e, por fim, o contexto da América Latina no processo das migrações internacionais.

Após essa concisa apresentação da obra, antes de olhar minuciosamente cada artigo, convém lembrar que a questão da identidade mostra-se fundamental nos estudos culturais, na medida em que examinam os contextos dentro e por meio dos quais tanto os indivíduos quanto os grupos constroem, negociam e protegem sua identidade. Desse modo, os estudos culturais valem-se das interpretações que defendem a identidade como uma resposta para algo externo e diferente dela, a *alteridade*. Notadamente, o reconhecimento dessa identidade como algo que não é somente construído, mas também dependente da existência de um *outro*, abriu um locus para grupos marginalizados e oprimidos historicamente objetarem e renegociarem as identidades que lhes foram impostas no processo de dominação. Este entendimento de identidade é a chave para a leitura da obra ora resenhada.

Ao longo do primeiro capítulo, *Mundo Novo e Paraíso Terrestre: O Transe dos Viajantes na Conquista da América*, Alexandre Belmonte expõe os encontros e confrontos entre culturas a partir de fontes como os registros dos viajantes (exploradores e conquistadores), da cartografia européia do século XV e de obras literárias. Destarte, contextualiza o período, discorrendo sobre a complexidade e as dificuldades em se realizar uma viagem de longo curso para o “Mundo Novo”, sobretudo pela onerosidade de cada aventura e pela necessidade de se conseguir financiamentos que, em geral, provinham do Estado, do clero ou da ascendente burguesia, quando não por todos ao mesmo tempo. Além disso, segundo o autor, havia no imaginário europeu a herança da mentalidade medieval que fomentaria uma perspectiva pessimista em relação às viagens, representada pelos mitos do além-mar.

Todavia, o eixo central deste capítulo começa a ser delineado a partir do retorno dos viajantes para a Europa, visto que “o retorno evocava uma ‘operação escriturária’ [...] em que a alteridade era definida por um corte que marcava a diferença” (p.16). Eis o ponto. Para Belmonte não interessa tanto os modos de ser e viver dos ameríndios, pois “são muito mais interessantes as próprias possibilidades discursivas dos europeus sobre a alteridade representada pelos indígenas do Mundo Novo do que o *modus vivendi* destes” (p.17). Assim, o olhar europeu transcrito nos relatos e narrativas dos viajantes, permite ao pesquisador observar as cosmovisões e os imaginários que colocaram o europeu em contato com a alteridade cultural de forma abrupta e total.

A constatação do alto grau de organização e desenvolvimento dos Astecas, feita pelos espanhóis quando da chegada ao México, é explorada pelo professor Paulo Roberto Gomes

Seda. Este os ordena a partir da influência da religião praticada pelos Astecas do período arcaico e pelos remanescentes da civilização Tolteca. *Guerra, religião e poder entre os Astecas*, assim chama-se o segundo capítulo, no qual o autor mostra com muita perspicácia que o contato, o conflito e a conjugação de costumes, tradições, ritos e mitos, ocorridos na peregrinação dos “bárbaros” Astecas para as regiões das cidades do lago, onde aconteceu o choque com as tribos que ali viviam, transformaria definitivamente a história desses povos, alçando os Astecas à condição de herdeiros das brilhantes civilizações do México central, tornando-os senhores de um vasto império.

O cerne do trabalho de Seda imperiosamente se coloca na exposição da organização e do exercício do poder entre os Astecas, ocorrida progressivamente a partir da religião e de uma dualidade por ela forjada que, em menos de dois séculos, intensificou-se e espalhou-se para todos os âmbitos da vida pública e privada deste povo, altamente ritualístico e crente. De um lado, o culto aos deuses guerreiros *Huitzilopochtli* e *Tezcatlipoca*, respectivamente, o grande deus solar e o deus do céu noturno, das trevas e do vento da noite; de outro, a incorporação dos deuses da terra e da água das civilizações sedentárias: *Tláloc*, deus camponês; e *Quetzalcoatl*, deus padroeiro dos sacerdotes. O paradoxo assinalado pelo autor incide justamente na questão da religião, pois esta mesma construção identitária, religiosa, dicotômica, que elevou os Astecas à hegemonia do Altiplano central, também foi, segundo ele, um dos fatores capitais para a derrocada dos Astecas frente aos conquistadores espanhóis, uma vez que essa religiosidade “contribuiu para modificar profundamente a hierarquia de valores reconhecidos por uma civilização dividida em si mesma pela dualidade de suas origens. [...] dualidade presente, inclusive, diante dos conquistadores (deuses ou humanos), levando à posição vacilante do imperador e da própria sociedade” (p.53).

Dando continuidade às questões religiosas, mitológicas e ritualísticas das sociedades tradicionais, o estudo de caso intitulado *Mitos e ritos andinos – Wana kawri Waka – Percursos entre as tradições orais e a contextualização dramatizada da história*, apresentado pela professora Maria Teresa Toríbio B. Lemos, encerra o primeiro bloco do livro. Neste terceiro capítulo, a autora descreve aspectos das práticas culturais e representações simbólicas da antiga sociedade quéchua em homenagem ao deus *Wana Kawri*, considerado pelos camponeses da região andina “um deus protetor e reprodutor, que fertiliza o solo e multiplica a produção naquela região árida dos Andes” (p.56). Nesta parte, Lemos acentua a importância dos mitos para essas sociedades, distinguindo-os do rito e da cerimônia, e busca no relato de Felipe Guaman Poma de Ayala – um dos principais cronistas do Vice-Reino do Peru no século XVII – a recuperação histórica das narrativas míticas e ritualísticas quéchuas, fontes

valiosas para “o conhecimento desses dois universos em confronto, o da sociedade nativa quéchua e o do dominador espanhol na América” (p.59). Ao fim e ao cabo, Maria Lemos discorre sobre a estratégia praticada pelos espanhóis na conquista da região andina e aponta para a importância do cristianismo, da evangelização mediada pela aproximação e identificação das divindades indígenas, como poderoso mecanismo de aculturação desses povos. Dessa forma, à medida que se desqualificavam os deuses indígenas, impunha-se legitimamente o Deus cristão e, por conseguinte, a cultura européia. Para além destas questões, o estudo se justifica pela tenacidade desses mitos que, ainda hoje, são reproduzidos, ressignificados e reelaborados pelo imaginário e pela memória coletiva dessas comunidades durante as festas agrícolas e folclóricas na região andina do Peru, Bolívia e Equador.

O quarto capítulo inaugura o segundo bloco e traz como principal discussão as relações de poder, expressadas, neste caso, pela instituição religiosa e/ou pelas “autoridades” religiosas. Sob o título *Religião e Poder na América Latina: Um breve estudo sobre a religião como forma de controle social no Brasil*, Gilberto Angellozi recorda que as relações de poder se estabelecem em todos os níveis, formal ou informal, por um determinado período ou perpetuamente. Igualmente, enfatiza que violenta ou não, a coerção não deixa de existir e aquele que a exerce ou faz uso dos seus mecanismos adquire poder sobre o outro e isso lhe dá prazer. Ocorre que, para o autor, o poder religioso passa por esse mesmo princípio e “o exercício do poder se estabelece ainda hoje como forma de libertação, especialmente nos meios religiosos, onde os fundamentalismos, sejam de direita ou de esquerda, tendem a reproduzir estruturas de dominação” (p.70). Nesse momento, o leitor tem a falsa impressão de que determinados segmentos religiosos, menos radicais, não estariam submetidos aos mecanismos do poder e aos sistemas de coerção anteriormente descritos como presentes “em todos os níveis” da vida social. É possível que essa afirmação derive da própria influência religiosa do autor que, entre outras formações, é teólogo. Talvez por isso acredite internamente em alguma forma de religião não dominadora. Afora esta crítica pontual, o estudo revela-se desvelado de uma ideologia cristã. Aliás, notoriamente, Angellozi apresenta a religião como fonte de poder e dominação, assinalando no desrespeito ao próximo, ao diferente, um dos principais causadores dos problemas sociais do passado e do presente, pois “sempre que alguém usa alguém para garantir o alicerce de um projeto pessoal, a figura do outro desaparece. Ocorre assim o desrespeito pela vida, que se traduz em destruição da natureza e das relações sociais e políticas” (p.80).

No quinto capítulo intitulado *Pós Modernidade – O Sólido se Desmancha – O Eterno é Provisório e o Futuro é Presente*, Raimundo Lopes Matos propõe uma análise prospectiva

da Pós-Modernidade e ressalta a importância da mudança de paradigma ao observar as suas influências e consequências na vida do homem nos seus múltiplos domínios. Antes de tudo, o autor conceitua e situa historicamente a Pós-Modernidade, tarefa que lhe ocupa boa parte do texto. Também utiliza outros conceitos fundamentais para o entendimento deste tempo presente como, por exemplo, a globalização e a desterritorialização. Conclui afirmando que todos, em todos os âmbitos, estão envolvidos na cultura do consumismo, do veloz, do instantâneo e do on-line, “celebrando uma nova época”, “resultando em uma pluralidade de fragmentos complexos e um fluir de uma presentidade inarredável” (p.94).

Luiz Henrique Nunes Bahia, Maria Cristina Leal e Célia Linhares, escrevem conjuntamente o sexto capítulo denominado *Debate sobre o pluriculturalismo na Gestão da Educação Pública: Estado do Rio de Janeiro e Rede Municipal de Nova Iguaçu*. Dentro da conjuntura atual, os autores entendem que há uma pluralização da cultura urbana como resultado direto do confronto de múltiplas mensagens e ideais dispersos na sociedade globalizada. Essa dinâmica é projetada para as relações de poder e dominação de grupos e instituições, onde os pesquisadores exploram “os contrastes e tensões entre culturas políticas manifestas nos depoimentos de professores e demais segmentos da comunidade escolar” (p.99). Especificamente, nesta pesquisa, fez-se a análise comparativa entre duas regiões e contextos distintos: a rede pública estadual de ensino (RJ) e a rede pública municipal (Nova Iguaçu/RJ). Analiticamente, observaram que a pluralidade cultural encontrada hoje nas cidades mantém as hegemonias do centro decisor maior, mas conserva lugares ainda de natureza local que permitem entender as formas hegemônicas de poder.

O sétimo capítulo, *As negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio e o papel do Mercosul*, de Aléxis Toríbio Dantas, esboça sucintamente a evolução do Mercosul e suas ações nas negociações recentes, de maneira especial, frente à OMC, sublinhando a importância dos acordos regionais para os países emergentes, garantia de maior poder de barganha destes países perante os Estados Unidos e à União Européia. Já no último capítulo, intitulado *Movimentos sociais da América Latina e a construção de novas identidades*, Maria Luzia Landim trata da questão imigratória no nordeste do Brasil e reflete sobre as dinâmicas geradas nos processos de adaptação e estabelecimento físico destas pessoas, especialmente, no que concerne aos sentimentos de perda de identidade, imediatamente compensados pela procura ou criação de novos contextos e retóricas identitárias.

Finalmente, se, pelo exposto, pode-se ter uma noção sobre a questão identitária na América Latina, o conjunto de artigos apresentados mostra a amplitude e a pluralidade de temas que emergem desse recorte temático, bem como deixa muito claro que este não é um

debate estanque, inexorável, mas sim uma discussão que se renova e se amplia a cada dia. Portanto, o principal mérito do livro reside na proposta abrangente e aberta dos autores de trazerem à luz assuntos polêmicos sem a pretensão de oferecer respostas definitivas, sem dúvida, instigando o leitor mais inquieto a buscar suas próprias conclusões.

Resenha recebida em: 17/10/2009. Aprovada em: 05/01/2010.

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestrando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Bolsista CAPES.